

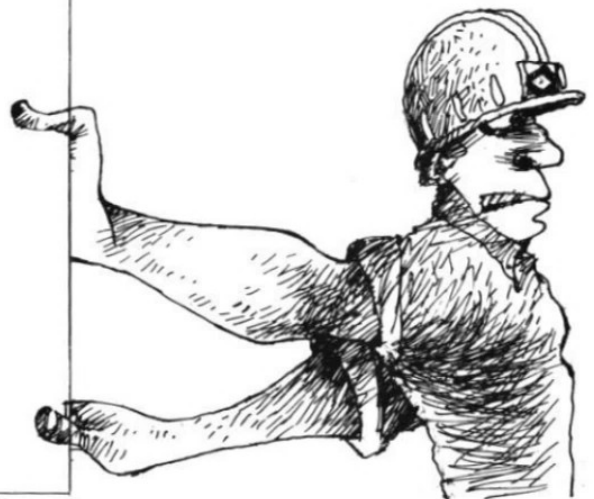
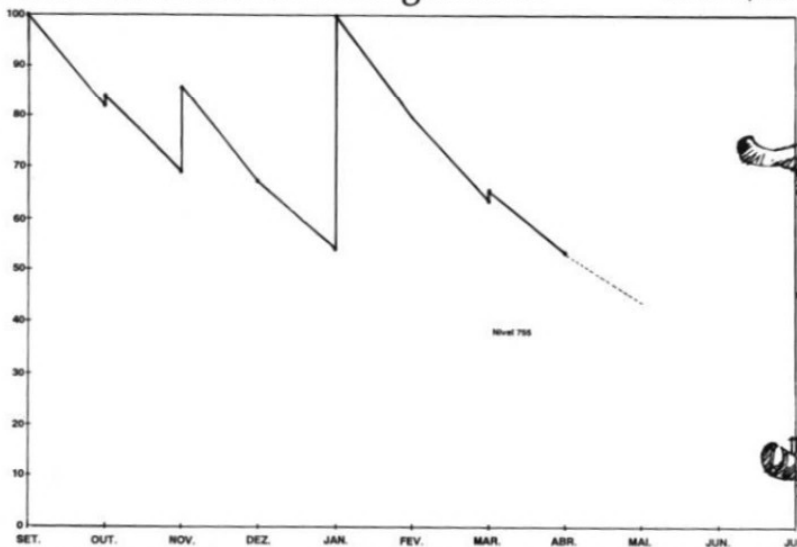


Salários:

Batemos nosso recorde

A compressão salarial dos empregados da PETROBRÁS vem causando descontentamento geral na Companhia. Pelo estudo realizado, um engenheiro nível 755 que, em setembro de 1991, teve seu salário arbitrado com valor igual a 100

pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) necessitaria de um reajuste de 88,7% em abril para repor o salário de 1991. O gráfico abaixo deixa bem clara a situação. A perda inflacionária é calculada pelo INPC/IBGE.



A perda inflacionária é calculada pelo INPC/IBGE.

Entre as inúmeras considerações possíveis cabe ressaltar as seguintes:

- 1 — Não estão consideradas as perdas anteriores a setembro/91.
- 2 — Não estão considerados no gráfico o salário de férias, o 13º salário e promoções.
- 3 — Para repor o salário de 1991, arbitrado pelo TST, é necessário em 1º de abril um reajuste de 88,7%.
- 4 — Se a reposição ocorrer a partir de 1º de maio o índice será de 126% para uma inflação estimada de 20% em abril.
- 5 — A partir do dia 10 de abril o salário ficou inferior ao salário de setembro, portanto, bateu o recorde histórico de arrocho salarial na PETROBRÁS.

Salários

Em outro estudo, o corpo técnico da PETROBRÁS demonstra que o salário mínimo a ser pago ao engenheiro recém-formado da menor empresa do Brasil é superior ao salário pago ao Engenheiro II-D (nível 734) da estatal, considerando-se um salário mínimo de Cr\$ 230 mil pago ao trabalhador. Isto porque pela Lei 4950-A o salário mínimo do engenheiro deveria ser de Cr\$ 1,955 milhão.



Cláusula 3ª — A Companhia garante que continuará mantendo esquemas permanentes de avaliação da situação dos salários praticados, procedendo, quando for o caso, ajustamentos e antecipações necessárias.

Parágrafo único — A avaliação obedecerá critérios técnicos e de coerência global, não devendo superar o prazo estabelecido

Reajustes de salário

A Aepet encaminhou a seguinte carta ao presidente da PETROBRÁS, Ernesto Weber, mostrando a dificuldade dos funcionários da estatal frente aos seus compromissos devido a falta de reajuste dos seus salários. O documento, cujo texto divulgamos na íntegra, foi encaminhado também aos demais membros da diretoria e ao Superintendente da Companhia.

“Ao Presidente da PETROBRÁS
Engenheiro Ernesto Weber

Assunto: Reajuste de Salários

1 — A persistência da taxa inflacionária tem levado os funcionários da PETROBRÁS, a cada mês, a uma situação cada vez mais difícil para poderem honrar seus compromissos mais básicos;

2 — O Acordo Coletivo em vigor, em sua cláusula 3ª, afirma que: “A Companhia garante que continuará mantendo esquemas permanentes de avaliação da situação dos salários praticados, procedendo, quando for o caso, a ajustamentos e antecipações necessárias.”

3 — Os setores privado e estatal têm, conforme reportagens publicadas na imprensa, procurado recompor o poder de compra de seus empregados de forma a não prejudicar o desempenho das empresas;

4 — O recebimento pela PETROBRÁS do prêmio Offshore Technology Conference (OTC), no mês de maio, nos Estados Unidos, aliado à quebra sucessiva de recordes na exploração em águas profundas, demonstra a disposição e empenho do corpo de empregados, apesar de todas as dificuldades porque passa o País e a PETROBRÁS;

5 — Diante do exposto, é do nosso entendimento ser da maior urgência a tomada de providências por parte da direção da companhia de forma a restabelecer a tranquilidade no seio do corpo dos empregados.

Diretoria da AEPET”

SOS ROSANA

Foi doado um carro Uno-87 pelo colega Ayrton P. Motta do CIEPE para a campanha SOS ROSANA da filha do colega Almeida. As rifas estão circulando

pela PETROBRÁS. Outras doações poderão ser feitas em nome de Raimundo F. Almeida no Banco do Brasil, agência 0497.9, Vice-nome de Carvalho na conta 8267.8.

CREA RESPONDE

Salário mínimo profissional

Qual o valor do salário mínimo profissional?

— Depois da promulgação da Constituição de 1988 e da extinção do “salário referência”, em 03/07/89, o SMP passou a ser o seguinte:

a) para profissionais plenos (curso de 4 anos ou mais):
— 6 salários mínimos para uma jornada de 6 horas diárias;

— um acréscimo de 1,5 salários mínimos por hora excedente da 6ª diária, por exemplo: 7,5 SM para 7 horas, 9 SM para 8 horas etc.

b) para os engenheiros de operação:
— 5/6 do salário devido ao profissional pleno.

Por que o valor divulgado pelo CREA é diferente do divulgado pelos sindicatos?

— O CREA e os sindicatos usam uma fórmula igual, mas partindo de um “valor base” diferente. O CREA usa o salário mínimo comum, de quem recebe por mês, enquanto os sindicatos se utilizam do salário decomposto em horas.

A hora do almoço deve ser considerada no cálculo de salário mínimo profissional?

— Não. Segundo as leis trabalhistas, o intervalo de almoço não faz parte da jornada para cálculo salarial.

Como se calcula o SMP quando não há expediente aos sábados?

— Existe duas possibilidades: ou há acordo escrito de compensação do sábado e então a parcela diária trabalhada com esta finalidade será desconsiderada; ou ainda, se não há acordo escrito, ignoraremos o sábado, calculando o mínimo com base no horário efetivamente trabalhado.

Órgãos Públicos estão obrigados a pagar o salário mínimo profissional?

— Na definição dos vencimentos dos funcionários públicos a Administração deverá, igualmente, respeitar este parâmetro, de forma a não criar distorções entre servidores, vedadas constitucionalmente, mesmo porque, trabalhando lado a lado, executando as mesmas tarefas, o princípio da isonomia tem que ser respeitado.

Como proceder quando a empresa não paga o salário profissional?

— O interessado deve comunicar o fato ao CREA, por escrito, com documento que comprove a situação (por ex. cópia do contracheque) para que seja lavrado Auto de Infração (Res. 309, do CONFEA) precedido, quando for o caso, de contratos entre o Conselho e o empregador; procurar o seu sindicato para definir as medidas cabíveis com vistas a garantir o direito lesado.





Em defesa da PETROBRÁS

(O esquema PP)

A AEPET tomou conhecimento de gravíssimas denúncias envolvendo interesses estranhos de vários nomes do primeiro escalão do Governo na PETROBRÁS através da matéria publicada pelo jornal "O Estado de São Paulo", no dia 22 de março último. Na Assembléia Geral de Acionistas da empresa, realizada no dia 23 de março, a diretoria da AEPET solicitou imediata apuração dos fatos.

Na nota "Aos acionistas da PETROBRÁS" lida, naquela ocasião, a diretoria da AEPET destacava no item 24: "Finalmente, quando concluímos a redação deste documento que ora dirigimos à Assembléia de Acionistas da PETROBRÁS, tomamos conhecimento de denúncia gravíssima feita pelo jornal O Estado de São Paulo, na edição de 22/03/92, envolvendo nomes de diversos membros da direção da Companhia, além de autoridades que ocupam posições no primeiro escalão do Governo Federal. Para a preservação dos princípios constitucionais da publicidade, da legalidade e da moralidade que deve nortear a administração pública é absolutamente indispensável e da maior urgência que todas estas denúncias se-

jam completamente apuradas e esclarecidas para a opinião pública, uma vez que atingem e maculam a imagem da PETROBRÁS"

Na ocasião, o então presidente da PETROBRÁS, Ernesto Weber, comunicou a formação de duas Comissões de Inquérito para apurar as denúncias formuladas.

Dias mais tarde, em Brasília, a diretoria da AEPET manteve vários encontros com parlamentares da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, apoiando integralmente a proposta de instauração de uma CPI para apurar detalhadamente todos os fatos ocorridos envolvendo o nome da PETROBRÁS para que a imagem de seriedade da Companhia seja preservada. A proposta da CPI fora formulada, anteriormente, pelo deputado federal José Dirceu (PT-SP). A AEPET solicitou que as autoridades envolvidas no escândalo fossem convocadas a depor. A diretoria da entidade manteve contato também com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) com o mesmo intuito, já que o senador tomara a iniciativa de esclarecer os motivos da saída dos ex-diretores Mauricio Alvarenga e Carlos Tadeu.

A gravidade dos fatos trazidos ao conhecimento do público sobre

tráfico de influência e corrupção praticados por autoridades do primeiro escalão do governo federal envolvendo a PETROBRÁS levou a Associação a publicar um "Manifesto dos Empregados da PETROBRÁS à população" em vários jornais do País, juntamente com a diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ).

O manifesto saiu nos seguintes órgãos de imprensa: Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa, Hora do Povo e Correio Braziliense. Os recursos para a publicação foram recolhidos entre os empregados da estatal pelos Núcleos em Defesa da PETROBRÁS. No final do mês de abril, a AEPET compareceu à Polícia Federal, levando subsídios para que o nome da PETROBRÁS não fique maculado e para que haja paz no seio do seu corpo técnico. E um segundo manifesto foi publicado no Correio Braziliense.

A AEPET quer uma apuração detalhada de todos os fatos, inclusive com depoimento de todos os nomes envolvidos na questão para que se restabeleça a boa imagem da PETROBRÁS, não pairando nenhuma dúvida sobre ela e para que possa haver tranquilidade de trabalho para seu corpo técnico.

Cartas recebidas pela AEPET

A AEPET recebeu, nos últimos dias, cartas dos seguintes associados: Walter Pereira Formosinho, Raul Mosmann, Nelson Ferreira da Silva e Marco Antônio Tristão. Estamos transcrevendo abaixo estas cartas

4

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1992

Aos amigos da AEPET

Como todos sabem, após 23 anos de serviços à nossa PETROBRÁS, onde ingressei por concurso público, fui demitido, em 02/04/92, de forma injusta e grosseira e com intensa repercussão negativa na imprensa de todo o país. É indispensável frisar o abalo que tais fatos causaram e estão causando, não só à minha pessoa, como, também, e principalmente, à minha família. Durante este período na PETROBRÁS, sempre defendi com ardor os pontos que considerava do interesse da empresa e do país. Os que me conhecem sabem perfeitamente que nunca recuei em função de qualquer obsláculo, mesmo aqueles que representavam claramente o interesse de poderosos grupos. Desde 1975, ou seja, há mais de 16 anos contínuos, vinha ocupando funções, hoje equivalentes à de Chefe de Empreendimento, tendo sido responsável direto pela gerência de investimento em valores superiores a US\$ 2 bilhões. Ao longo da minha vida na empresa nunca deixei de ser avaliado em nível superior, nunca deixei de ser promovido no menor espaço de tempo possível, tendo alcançado a categoria IV em 1985, com 16 anos de empresa e sem qualquer tipo de apoio que não fosse o resultado do meu próprio trabalho. Informo que fornecerei, a qualquer um que solicite, autorização

para que a Petrobrás, minha única fonte de renda, entregue a relação dos meus rendimentos durante toda a minha vida profissional, como também, autorização para pesquisa em qualquer banco, instituição financeira ou administração de cartão de crédito, para verificação da existência de alguma incompatibilidade entre os bens que possuo e o movimento de contas bancárias. Por mais paradoxal que pareça, a defesa dos mais altos interesses da empresa foi o motivo da minha demissão, arbitrária e política, razão pela qual não poderei aceitá-la passivamente. Agradecendo de todo coração o enorme apoio recebido dos meus amigos e colegas e conclamando a todos a não esmorecerem na luta para superação do difícil momento por que passa nossa empresa e o nosso país, deixo para nossa reflexão, três simples mensagens: — "Qualquer reino dividido contra si próprio será arruinado. E qualquer cidade ou família dividida contra si mesma, não ficará de pé." — "Ou dizeis que uma árvore é boa, e o seu fruto é bom; ou dizeis que uma árvore é má, e seu fruto é mau; porque pelo fruto se conhece a árvore." — "Da maneira como quereis que os homens vos tratem, tratai-os vós também igualmente a eles."

Muito obrigado,

Marco Antônio da Rocha Tristão

3

1

AOS COMPANHEIROS DA PETROBRÁS
Sinto-me na obrigação de, em respeito aos técnicos da PETROBRÁS, dar conhecimento a todos do teor da carta que estou enviando hoje, para publicação na revista Isto É.

Senhor Redator
Com referência às notícias veiculadas pela revista Isto É (nº 1174 de 01/04/92 em circulação dia 29/03/92) sobre possíveis irregularidades na PETROBRÁS, insinuando o meu envolvimento no assunto, declaro:
— Empregado da PETROBRÁS desde 18 de janeiro de 1957 não sou, nem nunca fui, ligado a, ou "simpatizante" de qualquer grupo político ou econômico.

— Deste modo repudio, com veemência, insinuações infundadas de que, na qualidade de Secretário Geral da PETROBRÁS pudesse estar passando a terceiros informações privilegiadas sobre decisões da Diretoria Executiva da PETROBRÁS. Todos os comunicados de Decisão emitidos pela Secretaria Geral são feitos a todos os Departamentos e Serviços interessados no assunto em pauta, simultaneamente e em igualdade de condições, em estrito cumprimento das normas da Companhia.

Walter Pereira Formosinho
Engenheiro de Produção IV
Secretário Geral de Petrobrás
Rio de Janeiro, 30 de março de 1992

2

Rio de Janeiro, 31 de março de 1992

Prezados Senhores,

Sem nenhum fundamento, até mesmo sem alusão a qualquer fato concreto sob minha gestão como Diretor, tenho sido apontado na imprensa como integrante de um esquema destinado a amparar interesses de empresas que prestam serviços ou vendem equipamentos à PETROBRÁS. Tenho razões para acreditar que a origem e o objetivo desta escalada de notícias transcendem a minha esfera pessoal e profissional. Sem prejuízo, entretanto, das ações e razões que venham a ser apresentadas neste "tribunal do ouvi dizer", cabe-me exercer o preliminar direito de defesa. Em primeiro lugar, devo declarar que, em 29 anos de vida profissional, jamais fui acusado de qualquer deslize ou irregularidade. Há 8 meses fui designado Diretor da PETROBRÁS, cabendo-me a supervisão das áreas de exploração, perfuração e produção. O volume de contratações dessas áreas é muito grande, pelo que são adotados na PETROBRÁS procedimentos descentralizados sujeitos a

Carta da AEPET à PETROBRÁS

A carta abaixo foi enviada pela AEPET ao então presidente da PETROBRÁS com o objetivo de esclarecer algumas irregularidades surgidas:

Rio de Janeiro, 06 de abril de 1991.

Trabalhei e injustamente fui demitido da PETROBRÁS com algumas suposições, sem que me fossem dadas as razões e o direito de defesa. A aplicação que encontro é que era conveniente — ainda que em um ano — dar rapidamente alguma satisfação à opinião pública com o slogan "Bode Expiatório" para alegadas irregularidades na empresa. Já tive trabalhando fora da PETROBRÁS por quase 04 (quatro) anos. Retornei em abril de 1991 e permaneci sem qualquer função específica até 15 de agosto de 1991, quando, por curto período, chefeei até 21 de novembro de 1991, pela terceira vez, o Departamento de Comercialização de Produtos Especiais, do Departamento Comercial. Aliás, fui o primeiro chefe desse setor por ocasião de sua criação há 09 (nove) anos e atribuo minha indicação para ocupar mais uma vez a chefia apenas a critérios técnicos e experiência na área. Não vou deixar que o ato leviano da minha demissão atinja uma carreira honrada e construída em mais de 20 (vinte) anos de trabalho técnico e profissional, ocupando diversos cargos e funções de relevo em empresas e órgãos dos Governos Federal e Estadual, o que muito me orgulho. Para tanto, usarei os expedientes jurídicos pertinentes. Os que me conhecem e os que comigo conviveram ao longo da minha vida sabem da retidão do meu comportamento. Não cometi qualquer irregularidade. Estou com a consciência tranqüila e plenamente confiante na reparação da inominável injustiça de que fui vítima, pelo que, como referido, recorrerei a todos os meios legais.

Atenciosamente,

Nelson Ferreira da Silva

distintos níveis de aprovação e controle. Acrescente-se ainda as compras e contratações de grande porte são aprovadas pela Diretoria Executiva da PETROBRÁS em regime de expediente, sujeitando-se posteriormente às auditorias internas e externas, inclusive do TCU. É francamente favorável à permanente fiscalização pela imprensa e opinião pública dos atos dos administradores, com o objetivo de assegurar a transparência e a lisura dos procedimentos. Considero injusto, entretanto, que se dê crédito a acusações não fundamentadas, desrespeitando o direito constitucional da inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas. É, aliás, notório que, nos períodos em que ocorre às bruxas, os delatores acobertados pelo anonimato têm o direito de incluir eventuais desafetos entre os supostos agressores. Portanto, o envolvimento do meu nome no noticiário sobre as alegadas irregularidades na PETROBRÁS.

Atenciosamente

Raul Mosmann
Diretor da PETROBRÁS

Rio de Janeiro, 03 de abril de 1992

Ao
Presidente da PETROBRÁS
Engº Ernesto Teixeira Weber

Ass.: Assembléia de Acionistas da PETROBRÁS de 23.03.92

Prezado Senhor,

Tomamos conhecimento, pela imprensa, da determinação de V.Sa. em providenciar auditoria na PETROS para investigar denúncias da AEPET sobre a venda de Ações da PETROQUISA;

2. Como já havíamos comunicado aos acionistas da PETROBRÁS, nossas preocupações referem-se ao possível vazamento de informações da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, relativas ao fechamento de capital da PETROQUISA, beneficiando especuladores;

3. Conforme esclarecimentos obtidos junto à direção da PETROS, aquela venda teve por objetivo a aquisição de novos títulos, dentre os quais os da Eletrobrás e Telebrás, que se mostraram de rentabilidade muito superior aos da PETROQUISA. A própria diretoria da PETROS havia sugerido a auditoria, de forma a esclarecer quaisquer dúvidas;

4. O interesse na compra das ações da PETROQUISA, em tal quantidade, quando se anunciava a venda de sua participação nas empresas mais rentáveis da petroquímica, é que não fazia sentido;

5. Para se precaver contra ações de acionistas minoritários, a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, recomendou, em 23 de janeiro deste ano, o fechamento do capital da PETROQUISA. A recomendação foi acatada pelo Conselho de Administração da PETROBRÁS, acarretando a suspensão dos negócios destas ações nas Bolsas de Valores;

6. Desde meados de 1991, corriam boatos no mercado que a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização estava estudando a possibilidade de recomendar o fechamento do capital da PETROQUISA, para evitar questionamentos de seus acionistas minoritários;

7. A decisão da Comissão de Desestatização, além de autoritária, evidencia o desprezo pelos legítimos interesses de milhares de acionistas minoritários que adquiriram as ações da PETROQUISA, após ampla Campanha publicitária, quando do lançamento daquelas ações;

8. Esta ação nos parece inócua, uma vez que os próprios acionistas da PETROBRÁS, em número muito superior, farão valer seus direitos, conforme já alertávamos na Assembléia de acionista da PETROBRÁS;

9. Tomamos conhecimento também, através dos jornais, de notícias espalhadas no dia de ontem por especuladores sobre a intervenção em fundos de previdência privada de empresas estatais. O objetivo dos especuladores seria mudar os rumos dos investimentos no mercado futuro de índices, no dia 15, e de opções, no dia 20;

10. Ao mesmo tempo, o Governo Federal demonstra interesse na transferência do patrimônio destes fundos dos empregados de estatais, para a administração de grandes bancos privados, como o Bradesco e Itaú.

11. As suspeitas de interferência nos fundos, denunciadas pela imprensa, são mais facilmente detectadas e evitadas, quando as fundações pertencem aos próprios mantenedores, como ocorre com a PETROS.

Se estivessem sob o controle de outras entidades de previdência, estas interferências seriam de difícil controle, causando grandes prejuízos a seus mutuários.

Na certeza de termos esclarecido nosso posicionamento,

Atenciosamente

Diretoria da AEPET